

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Águas de Piquete S.A.
Piquete - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas de Piquete S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Piquete S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 09 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 05 de setembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Ramos dos Santos', written over the printed name and registration information.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota Explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	98	Fornecedores	8	275	249
Contas a receber	5	416	424	Partes relacionadas	9	-	6.711
Impostos e contribuições a recuperar		12	10	Passivo de arrendamento	6	124	79
Outros ativos		261	247	Obrigações trabalhistas	10	148	141
		713	779	Obrigações fiscais	11	41	45
				Outras obrigações		19	18
						607	7.243
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.963	2.065	Partes relacionadas	9	-	1.064
Outros ativos		7	-	Provisão para perdas com causas judiciais	12	246	613
Ativos de direito de uso	6	44	-			246	1.677
Intangível e ativo de contrato	7	182	-				
		2.196	2.065				
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		14.229	5.070
				Prejuízos acumulados		(12.173)	(11.146)
						2.056	(6.076)
Total do ativo		2.909	2.844	Total do passivo e Patrimônio líquido		2.909	2.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	14	3.285	3.203
Receita de construção		541	740
Custo dos serviços prestados	15	(2.150)	(2.817)
Custo de construção		(541)	(740)
Lucro bruto		<u>1.135</u>	<u>386</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.050)	(902)
Outras receitas (despesas) líquidas		-	3
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>85</u>	<u>(513)</u>
Resultado financeiro líquido	16	<u>(1.010)</u>	<u>(1.111)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(925)</u>	<u>(1.624)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(102)	101
Prejuízo do exercício		<u>(1.027)</u>	<u>(1.523)</u>
Prejuízo por ação (Em Reais)	13	<u>(0,15)</u>	<u>(0,30)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.027)	(1.523)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.027)</u>	<u>(1.523)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.070	(9.623)	(4.553)
Prejuízo do exercício	-	(1.523)	(1.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.070	(11.146)	(6.076)
Aumento de capital	9.159	-	9.159
Prejuízo do exercício	-	(1.027)	(1.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.229	(12.173)	2.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(925)	(1.624)
Ajustes para:		
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	453
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	25	14
Depreciação e amortização	373	412
Provisão para perdas com causas judiciais	(367)	(128)
Encargos e variações monetárias, líquidas	952	1.090
	<u>58</u>	<u>217</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(17)	(42)
Tributos a recuperar	(2)	21
Outros ativos	(58)	(69)
Fornecedores a pagar	26	(342)
Provisões e encargos trabalhistas	7	12
Outros passivos	1	(5)
Obrigações fiscais	34	7
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>49</u>	<u>(201)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	-	(7)
Aquisições de ativo intangível e ativos de contrato	(549)	(694)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(549)</u>	<u>(701)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	949
Partes relacionadas	(8.719)	-
Pagamentos de arrendamento	(14)	(109)
Aumento de capital social	9.159	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	<u>426</u>	<u>840</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(74)</u>	<u>(62)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98	160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24	98
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(74)</u>	<u>(62)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Águas de Piquete S.A. ("Companhia ou Piquete") é uma controlada integral da Centro Sul Concessões S.A. ("Centro Sul") e está localizada na Rua Coronel José Mariano, nº 42, Centro, CEP 12.620-000, na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Piquete, estado de São Paulo.

O prazo do contrato de concessão é de 30 anos, com início em março de 2010 e vencimento em março de 2040.

Em 29 de outubro de 2024, foi concluído o processo de aquisição da totalidade das ações da Companhia pela Centro Sul que eram detidas anteriormente pela Iguá Saneamento S.A. ("Iguá").

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 05 de setembro de 2025.

2.2. Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade Operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 5: Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);
- Nota Explicativa nº 7: Intangível (amortização pela vida útil da concessão).

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4. Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5. Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 7).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.7. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.8. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil;

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável;
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir os covenants existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Saldos bancários	20	74
Aplicações financeiras (a)	4	24
Total	24	98

- (a) O saldo de Aplicações financeiras é mantido no Banco Itaú e está vinculada a percentuais equivalentes a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, representando um investimento de renda fixa com rentabilidade pós-fixada.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber água e esgoto	414	360
Receitas a faturar (*)	182	215
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (a)	(180)	(155)
Outros	-	4
	<u>416</u>	<u>424</u>

(*) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

(a) As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

Movimentação do exercício:

	2024	2023
Saldo inicial	(155)	(141)
Reversão das perdas estimadas	31	-
Provisão	(56)	(14)
Saldo final	<u>(180)</u>	<u>(155)</u>

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Faturas a vencer	132	83
Vencidas		
Até 30 dias	96	92
De 31 e 60 dias	39	23
De 61 e 90 dias	3	3
De 91 a 180 dias	30	4
De 181 a 360 dias	7	-
Acima de 360 dias	107	155
Total	<u>414</u>	<u>360</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contratos de arrendamento

(a) Ativos de direito de uso:

	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
Adições	18	98	116
Depreciação	(76)	(33)	(109)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	58	(65)	(7)
Saldos em 31 de dezembro 2023	-	-	-
Adições	8	42	50
Depreciação	(4)	(2)	(6)
Saldos em 31 de dezembro 2024	<u>4</u>	<u>40</u>	<u>44</u>

(b) Passivo de arrendamento:

	2024	2023
Saldo inicial	79	72
Adições	51	116
Apropriação de juros	8	5
Pagamento principal e juros	(14)	(114)
Saldo final	<u>124</u>	<u>79</u>

O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras leva em consideração as taxas de financiamentos de mútuos, que foi de CDI + 4% ao ano.

7. Intangível e Ativo de contrato

	Infraestrutur tura (a)	Ativo de contrato (b)	Software	Total
Saldos em 31º de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	-	541	8	549
Transferências	389	(389)	-	-
Amortização	(364)	-	(3)	(367)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>25</u>	<u>152</u>	<u>5</u>	<u>182</u>

- (a) Refere-se aos gastos com a construção da infraestrutura para prestação de serviços de novas redes de água e esgotamento sanitário. O ativo intangível é reconhecido à medida em que a Companhia recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público;
- (b) Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores diversos	275	231
Operações mensais - partes relacionadas	-	18
	<u>275</u>	<u>249</u>

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

9. Partes relacionadas

	2024	2023
Iguá Saneamento S.A.	-	7.775
Passivo circulante	-	6.711
Passivo não circulante	-	1.064

O Contrato de mútuo com a Iguá foi liquidado no exercício e a movimentação em 2024 pode ser assim sumarizada:

	Taxa de juros % a.a.	Vencimento	Saldo em 31/12/2023	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Iguá	CDI + 4%	06/2025	7.775	944	(8.719)	-

10. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	37	32
Encargos trabalhistas	30	25
Provisões a pagar	81	84
	<u>148</u>	<u>141</u>

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações fiscais

(a) Correntes

	2024	2023
COFINS a recolher	33	32
PIS a recolher	7	7
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	1	4
Outros	-	2
	<u>41</u>	<u>45</u>

(b) Tributos diferidos

	2024	2023
Ativo diferido		
IRPJ diferidos	1.495	1.578
CSLL diferidos	538	568
	<u>2.033</u>	<u>2.146</u>
Passivo diferido		
IRPJ diferidos	51	60
CSLL diferidos	19	21
	<u>70</u>	<u>81</u>
IRPJ e CSLL diferidos líquidos	<u>1.963</u>	<u>2.065</u>

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais. Passivos diferidos referem-se a diferenças tributárias temporárias, enquanto ativos diferidos abrangem diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais, desde que seja provável sua realização futura. Esses ativos são revisados periodicamente e ajustados quando sua recuperação se torna improvável. A mensuração considera as alíquotas vigentes na data do balanço, e a apresentação é feita de forma líquida, quando aplicável.

12. Provisão para perdas com causas judiciais

	2024	2023
Contingências Cíveis	246	613

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos representantes legais e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos representantes legais como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 301 em 31 de dezembro de 2024 (2023 - R\$ 37).

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.229 (2023 - R\$ 5.070), representado por 14.229.000 ações ordinárias, sem valor nominal (2023 - 5.069.997).

Em 29 de outubro de 2024, a Centro Sul concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia, passando a ser sua controladora direta a partir dessa data (Nota 1). Em outubro, também, houve o aumento do capital social da Companhia no total de R\$ 9.159, mediante a emissão de 9.159 ações, que foram totalmente subscritas e integralizadas.

Segue abaixo composição acionária da Companhia:

	% de participação		Capital social		Quantidade de cotas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Centro Sul	100,00	-	14.229	-	14.229.312	-
Iguá	-	100,00	-	5.070	-	5.069.997

b) Prejuízo por ação do capital social

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.027)	(1.523)
Quantidade média ponderada das ações ordinárias	6.646.600	5.069.997
Prejuízo por ação - expresso em Reais	(0,15)	(0,30)

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita líquida de serviços

	2024	2023
Água	2.634	2.579
Esgoto	931	911
Serviços	120	98
Receita operacional bruta	<u>3.685</u>	<u>3.588</u>
Abatimentos e cancelamentos	(64)	(59)
Tributos	(336)	(325)
Deduções	(400)	(384)
Receita líquida de serviços	<u><u>3.285</u></u>	<u><u>3.203</u></u>

15. Gastos por natureza

	2024	2023
Pessoal	(1.379)	(1.370)
Outros custos e despesas	(479)	(376)
Serviços de terceiros	(390)	(431)
Depreciação e amortização	(373)	(412)
Materiais	(291)	(368)
Outorga e taxas de fiscalização	(164)	(202)
Energia elétrica	(124)	(104)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	(453)
Total	<u><u>(3.200)</u></u>	<u><u>(3.716)</u></u>
Custo dos serviços prestados	(2.150)	(2.817)
Despesas gerais e administrativas	(1.050)	(902)
Outras receitas (despesas) líquidas		3

16. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	49	50
Rendimentos de aplicações financeiras	7	17
Outras receitas financeiras	3	2
Total	<u>59</u>	<u>69</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(8)	(5)
Comissões e despesas bancárias	(9)	(6)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	(944)	(1.115)
Outras despesas financeiras	(109)	(55)
Total	<u>(1.069)</u>	<u>(1.180)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u><u>(1.010)</u></u>	<u><u>(1.111)</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Diferido		
Imposto de renda diferido	(75)	74
Contribuição social diferida	<u>(27)</u>	<u>27</u>
Total	<u><u>(102)</u></u>	<u><u>101</u></u>

A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu um efeito líquido positivo de R\$ 102 no resultado referente a impostos diferidos, reflexo principalmente da reversão de diferenças temporárias e reconhecimento de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (Nota 11 (b)).

18. Gerenciamento de riscos financeiros

18.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, por 30 anos. Em algumas situações, o Poder Concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	24	98
Contas a receber	416	424
	<u>440</u>	<u>522</u>

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	24	98
Passivos Financeiros		
Fornecedores	275	249
Outros passivos	19	18
Partes relacionadas	-	7.775

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	275	249
Outros passivos	19	18
Partes relacionadas	-	7.775
	<u>294</u>	<u>8.042</u>

18.2. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

ÁGUAS DE PIQUETE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	24	98
Contas a receber	416	424
	<u>440</u>	<u>522</u>
Passivos Financeiros		
Partes relacionadas	-	7.775
Fornecedores	275	249
Outros passivos	19	18
	<u>294</u>	<u>8.042</u>

19. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

Tipo de cobertura	2024	
	Valor cobertura	Seguradora
Riscos equipamentos	70	Sompo Seguros
Garantias	590	Pottencial Seguradora